



# Anais da Assembléia

N. 30

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 24.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1.988  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e pela Senhora Deputada Vera Agibert.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Esequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, José Alves, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Iron-di Pugliesi, Lauro Lobo Alcântara, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti e Tadeu Lúcio Machado (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sendo evidente a falta dos Senhores Deputados, e em respeito às galerias que nos honram com suas presenças, eu solicito ao Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados, para que a sessão possa ter validade.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vinte e três Senhores Deputados responde-

ram a chamada nominal.

Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado Artagão de Mattos Leão, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, vem pelo presente encaminhar a Vossa Excelência a relação dos membros para comporem as comissões permanentes desta Casa.

Envio nesta oportunidade meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder da Bancada do PMDB.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular

CÂNDIDO BASTOS  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
EDMAR LUIZ COSTA  
GERNOTE KIRINUS  
HERMAS BRANDÃO  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
TADEU LÚCIO MACHADO  
LAURO LOBO ALCÂNTARA  
CAÍTO QUINTANA  
NEREU MASSIGNAN

Suplente

ACYR MEZZADRI  
AMÉLIA HRUSCHKA  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
HOMERO OGUIDO  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
JOSÉ FELINTO  
NELSON VASCONCELLOS  
NESTOR BAPTISTA  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
SABINO CAMPOS

### COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular

CÂNDIDO BASTOS  
HOMERO OGUIDO  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
TADEU LÚCIO MACHADO  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
SABINO CAMPOS

Suplente

ACYR MEZZADRI  
AMÉLIA HRUSCHKA  
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA  
IRONDI PUGLIESI  
VERA AGIBERT

Titular

COMISSÃO DE AGRICULTURA

DIRCEU MANFRINATO  
DOMINGOS SCARPELLINI  
ORLANDO PESSUTI  
PAULO FURIATTI  
SABINO CAMPOS

Suplente

HOMERO OGUIDO  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
TADEU LÚCIO MACHADO  
NILTON BARBOSA  
QUIELSE CRISÓSTOMO

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular

ACYR MEZZADRI  
ANTÔNIO BÁRBARA  
HERMAS BRANDÃO  
JOSÉ FELINTO  
PAULO FURIATTI

Suplente

GERNOTE KIRINUS  
DOMINGOS SCARPELLINI  
TADEU LÚCIO MACHADO  
CAÍTO QUINTANA  
NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular

ACYR MEZZADRI  
ANTÔNIO BÁRBARA  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
NILTON BARBOSA  
PIRAJÁ FERREIRA

Suplente

FERRARI JÚNIOR  
ARTAGÃO MATOS LEÃO  
CÂNDIDO BASTOS  
HOMERO OGUIDO  
LAURO LOBO ALCÂNTARA

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular

HERMAS BRANDÃO  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
JOSÉ FELINTO  
NEREU MASSIGNAN  
PIRAJÁ FERREIRA

Suplente

CÂNDIDO BASTOS  
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
RAUL LOPES  
VERA AGIBERT

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Titular

ANTÔNIO BÁRBARA  
CÂNDIDO BASTOS  
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA  
NELSON VASCONCELLOS  
ORLANDO PESSUTI

Suplente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
EDUARDO BAGGIO  
CAÍTO QUINTANA  
NILTON BARBOSA  
PAULO FURIATTI

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Titular

AMÉLIA HRUSCHKA  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
NEREU MASSIGNAN  
NESTOR BAPTISTA  
PAULO DELAZERI

Suplente

ACYR MEZZADRI  
DOMINGOS SCARPELLINI  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
NILTON BARBOSA  
RAUL LOPES

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular

GERNOTE KIRINUS  
IRONDI PUGLIESI  
DOMINGOS SCARPELLINI  
PAULO FURIATTI  
QUIELSE CRISÓSTOMO

Suplente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
ORLANDO PESSUTI  
RAUL LOPES  
SABINO CAMPOS

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Titular

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
PAULO FURIATTI  
PAULINO JOSÉ DELAZERI

Suplentes

ANTÔNIO BÁRBARA  
IRONDI PUGLIESI  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
LAURO LOBO ALCÂNTARA  
NEREU MASSIGNAN

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titular

DOMINGOS SCARPELLINI  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
NILTON BARBOSA  
RAUL LOPES

Suplente

GERNOTE KIRINUS  
HERMAS BRANDÃO

JOSÉ FELINTO  
NEREU MASSIGNAN  
AMÉLIA HRUSCHKA

Titular

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

DIRCEU MANFRINATO  
DOMINGOS SCARPELLINI  
CAÍTO QUINTANA  
ORLANDO PESSUTI  
QUIELSE CRISÓSTOMO

Suplente

GERNOTE KIRINUS  
LAURO LOBO ALCANTARA  
NILTON BARBOSA  
PAULO FURIATTI  
SABINO CAMPOS

Titular

COMISSÃO DE SAÚDE

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA  
JOSÉ FELINTO  
LAURO LOBO ALCANTARA  
NELSON VASCONCELLOS  
ORLANDO PESSUTI

Suplente

FERRARI JÚNIOR  
CÂNDIDO BASTOS  
IRONDI PUGLIESI  
DOMINGOS SCARPELLINI  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Titular

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

HERMAS BRANDÃO  
TADEU LÚCIO MACHADO  
NILTON BARBOSA  
PIRAJÁ FERREIRA  
SABINO CAMPOS

Suplente

EDMAR LUIZ COSTA  
EDUARDO BAGGIO  
HOMERO OGUIDO  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
COMISSÃO DE TURISMO

Titular

AMÉLIA HRUSCHKA  
HOMERO OGUIDO  
LAURO LOBO ALCANTARA  
NELSON VASCONCELLOS  
NILTON BARBOSA

Suplente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
DOMINGOS SCARPELLINI  
NESTOR BAPTISTA  
ORLANDO PESSUTI  
PIRAJÁ FERREIRA

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE  
Titular

ACYR MEZZADRI  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
LAURO LOBO ALCANTARA

NESTOR BAPTISTA  
RAUL LOPES

Suplente

ANTONIO BÁRBARA  
EDUARDO BAGGIO  
IRONDI PUGLIESI  
JOSÉ FELINTO  
PIRAJÁ FERREIRA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
Titular

AMÉLIA HRUSCHKA  
HOMERO OGUIDO  
IRONDI PUGLIESI  
CAÍTO QUINTANA  
NEREU MASSIGNAN

Suplente

FERRARI JÚNIOR  
GERNOTE KIRINUS  
HERMAS BRANDÃO  
LAURO LOBO ALCANTARA  
PAULINO DELAZERI

COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO  
Titular

HERMAS BRANDÃO  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
TADEU LÚCIO MACHADO  
CAÍTO QUINTANA

Suplente

AMÉLIA HRUSCHKA  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
NELSON VASCONCELLOS  
NESTOR BAPTISTA

Titular

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

GERNOTE KIRINUS  
HOMERO OGUIDO  
TADEU LÚCIO MACHADO  
CAÍTO QUINTANA  
NESTOR BAPTISTA

Suplente

ACYR MEZZADRI  
EDMAR LUIS COSTA  
EDUARDO BAGGIO  
PAULO FURIATTI  
QUIELSE CRISÓSTOMO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/86.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO N° 683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 093/88, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Correia de Freitas, com sede e foro no Distrito de Apucarana.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO N° 690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Labib Chab, ocorrido no dia 22 de abril corrente, nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Avenida Visconde de Guarapuava - 4.350, Apto. 903, Batel, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 22 de abril de 1988, faleceu o Senhor Labib Chab, contava com 75 anos, era comerciante, casado com a Senhora Irma Warcha Chab, deixando os filhos Ricardo Chab, radialista da Rádio Cidade e Labib Chab Júnior.

O passamento do Senhor Labib Chab veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

Foi gratificante termos conhecido tão ilustre personalidade, e hoje entristecidos desejamos endereçar à família Chab, voto de profundo pesar, rogando à Deus para que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Médico Veterinário Doutor Antônio Affonso da Silva, ocorrido nesta Capital, em 29 de março de 1988.

O Doutor Antônio Affonso, durante muitos anos foi funcionário do Ministério da Agricultura, onde exerceu várias atividades técnico-administrativas tais como: Executor da Campanha de Combate à Febre Aftosa; Chefe do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

Como profissional da Medicina Veterinária desempenhou relevantes serviços à classe que pertencia, tendo participado de várias diretorias, tanto no Conselho Regional de Medicina Veterinária, quanto no Sindicato dos Médicos Veterinários no Paraná e na Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos seus familiares, através de correspondência endereçada para a Dona Dulce Rosa de Lima e Silva, à rua Hildebrando de Araújo, 650, apto. n° 2 - Campanema - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões em 27.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 694

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de congratulações pela nomeação do eminentes jurista Dr. Clotário de Macedo Portugal Neto, para as elevadas funções de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Esta iniciativa decorre do fato de que o ilustre magistrado é membro de tradicional família paranaense sempre voltada às lides forenses, onde inúmeros de seus ancestrais se houveram com zelo e dedicação invulgares. Por sua vez, o Dr. Clotário de Macedo Portugal Neto tem dado provas de ser uma luminosa inteligência jurídica de nossa terra, como dão prova suas sentenças sólidas e abrangentes.

A sua indicação para a vaga, procedida e lista tríplice pelo Egrégio Tribunal de Justiça e referendada por ato do Senhor Governador do Estado veio homologar o prestígio e a elevada consideração que a comunidade paranaense já devotava ao ilustrado cultor da lei.

Em decorrência, REQUER o Deputado signatário que seja dado conhecimento desta manifestação ao homenageado.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, licença para realização de viagem de caráter cultural à República Federal Alemã, pelo prazo de trinta (30) dias, a contar da data da partida marcada para o dia 05 de maio vindouro, ocasião em que cumprirá missão junto a Fundação Alemã para o desenvolvimento Internacional e o Senado de Berlim (Governo do Estado de Berlim). Representando este Poder Legislativo.

O presente pedido de licença fundamen-

ta-se no disposto pelo § 2º, do Art. 11, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 094/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Campo Alto II, com sede e foro na Cidade de Colombo, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) ACYR MEZZADRI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei justifica-se pelos seus próprios objetivos, pois nada mais justo e oportuno do que se dar o reconhecimento de Utilidade Pública a uma entidade que tem por objetivos precípuos o estudo dos problemas sociais existentes em sua comunidade e a busca de soluções para os mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 095/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual - CODECAR - Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Doutor Camargo, com sede e foro no Município de Doutor Camargo.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI Nº 096/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - ASPAFI - com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) ACYR MEZZADRI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - ASPAFI, é uma sociedade civil, com fins filantrópicos e assistencial e sem objetivos lucrativos, tem por finalidade precípuia colaborar na reabilitação de deficientes auditivos, promovendo debates, reuniões, palestras e

conferências sobre o deficiente auditivo.

A defesa dos direitos do deficiente auditivo é outro objetivo da ASPAFI, promovendo a instalação e manutenção do Centro SURVAG - Sistema Verbo Tonal e outros.

A Associação executa uma obra de mérito, pois mantém atendimento escolar às crianças deficientes auditivas, com a promoção de custeio de cursos de especialização para professores em Curitiba, e a arrecadação de material indispensável para o funcionamento da escola, bem como assistências às crianças carentes deficientes auditivas.

O Convênio que a Associação realizou com o IAM, as doações recebidas da comunidade justificam o trabalho que vem executando na reabilitação do deficiente auditivo, visando sempre o entrosamento com os diversos setores da Cidade.

PROJETO DE LEI Nº 097/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Mateus do Sul".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de instituição cujos nobres objetivos vêm sendo atingidos de maneira brilhante, atendendo aos nossos irmãos que necessitam de assistência especial. As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais devem merecer de nós todos políticos e população em geral - respeito e apoio singular, pois dedicam-se àquelas pessoas a quem se deve dispensar um tratamento diferente exigindo maior dedicação, carinho, paciência.

Por se tratar de assistência especializada a despesa é muito maior, devendo por isso também receber auxílio nesse sentido.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Colegas no que tange à aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 098/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Filantrópica de Assistência ao Jovem, com sede e foro no Município de Campo Mourão - Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) NILTON BARBOSA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Filantrópica de Assistência ao Jovem é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial e tem por finalidade dar assistência aos jovens viciados, procurando reintegrá-los à sociedade, através de programas de amparo, adaptação e reabilitação, bem como promover atividades culturais, reuniões de pesquisas e terapia ocupacional para a juventude que encontra-se no vício do álcool, fumo e drogas.

Por ser de grande relevância o serviço prestado por esta entidade à sociedade, é justo que mereça o reconhecimento público estadual; é o que estamos propondo aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 099/88  
Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Lar Beneficente Frederico Ozanam, com sede e foro no Município de Iporã, Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) NILTON BARBOSA

**JUSTIFICATIVA:**

O Lar Beneficente Frederico Ozanam é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar assistência a indigentes e pessoas sem condições econômicas, sem distinção de cor, raça, credo ou nacionalidade, com benefícios como a promoção humana, a educação escolar, assistência médico-hospitalar e farmacêutica, alimentação, vestuário, abrigo domiciliar, entre outras. Estas atividades têm muito contribuído para a assistência social do Município e colaborado para uma vida digna daquela população carente.

Assim sendo, é justo que mereça o reconhecimento público estadual; é o que proponho aos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI N° 100/88  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais de Excepcionais, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais de Excepcionais,

criada em 13 de novembro de 1986, e registrada em Cartório competente desta localidade, tendo como objetivos principais, discutir, colaborar, decidir e promover o entrosamento entre os pais, o excepcional e membros da comunidade.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 101/88  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto, com sede e foro, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto, com sede provisória na Rua Maria Bonato Marenda, 815, Jardim Planalto, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná; tem como finalidade unir os moradores e amigos do referido bairro e outros que venham integrar àquela Associação, estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores.

Encontra-se devidamente legalizada perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São José dos Pinhais, sob n° 510, às folhas 87 do livro AN-1.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei, à apreciação de nossos ilustres Pares, solicitando a sua aprovação, para que venha merecer o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N° 102/88  
A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Cooperativa Brasil de Transportes Ltda - COBRAT, com sede e foro na Cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.88

(a) ACYR MEZZADRI

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que aqui se propõe o reconhecimento de Utilidade Pública é uma sociedade civil que congrega a classe ligada ao transporte rodoviário. Entre seus principais objetivos inserem-se a promoção, o

estímulo, o desenvolvimento e a defesa de suas atividades, visando desta forma dar suprimento aos interesses econômicos de seus associados, seja através da contratação ou concessão de cargos, facilitando, destarte, o exercício de sua profissão.

No aspecto atinente às atividades sociais, a entidade presta ampla assistência ao seu corpo associativo, no que se refere a assistência médico-hospitalar, educacional e cultural, como pode-se depreender do relatório de atividades em anexo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli).

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputada Irondy Pugliesi. Ausente, concede a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A mensagem do Governo proposta à Casa, questiona a autonomia das universidades estaduais e das faculdades estaduais. Entra aí a velha questão dos males do Brasil: o desprezo com a educação e a centralização de poder, somados para agir contra os elevados interesses do Estado e do País.

Deputado por Londrina, onde fui Vereador e Prefeito, conhecedor da realidade da minha cidade gostaria de defender a nossa universidade, que é parte da identidade cultural dos londrinenses, que justifica Londrina como centro cultural do sul do Brasil, que formou, inclusive, o Governador Álvaro Dias no curso de História.

É desta universidade que quero falar: e falo baseado na publicação que o reitor da mesma universidade propôs ao Paraná, mostrando a dimensão comunitária da UEL; que conta Srs. Deputados com o Hospital Universitário que atende a milhares de doentes carentes do Norte do Paraná; Clínica Odontológica, atendimento à população pobre dos Distritos de Paiquerê e Guaravera; Laboratório de Línguas da UEL; o trabalho de recuperação do Ribeirão Cafesal que abastece Londrina de água, e que se encontra seriamente comprometido por agentes poluidores, está sendo feito por professores e alunos da UEL.

A UEL conta com uma Biblioteca e também com o Museu Carlos Weiss. Conta com o Programa Pró-Egresso - Programa de Assistência ao Apenado.

Conta com a Farmácia-Escola, para oferecer remédio barato para o povo. Conta também com a fabricação, com a central de Alimentos para vender remédios e alimentos baratos para as Prefeituras que distribuem na Região Norte do Estado.

Conta com Justiça para o povo, mantendo um escritório de assuntos jurídicos. E

conta também, com o futuro, por que computador é futuro, e a UEL conta com o Núcleo de Informática.

Presente no dia-a-dia da cidade, a Universidade por certo, por ser estadual, deve ser gerida dentro do interesse público e com a fiscalização do poder público. Isto, no entanto, Srs. Deputados, não passa pela mensagem centralizadora que o Governador enviou a esta Assembléia, muito menos pela obrigação de urgência na discussão deste problema, que é o elevado problema da educação do Brasil, das esperanças nossas e da nossa responsabilidade com o futuro.

E Sr. Presidente e Srs. Deputados, na hora em que se debate nesta Casa de Leis a quebra de autonomia das Universidades Estaduais e das Faculdades Estaduais, quero aqui, como Deputado eleito pelo PDT, fixar a minha posição entre o futuro e a volta ao passado centralizador, fico com a universidade.

(Palmas das galerias).

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Anibal Khury)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Algaci Túlio, no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A família universitária aqui presente, nesta tarde, exercendo o seu papel fundamental importante de lutar por aquilo que lhe diz interesse e as nossas primeiras palavras igualmente do nosso Deputado Antônio Belinati sejam de apoio a esta luta, a toda a família universitária.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, venho à tribuna, também, para trazer outros problemas que afligem outros setores da nossa sociedade. Como Deputado eleito por Curitiba e pela região metropolitana, tenho visto uma série de fatos lamentáveis, que exigem uma tomada de posição das autoridades.

Quero inicialmente fazer aqui uma crítica ao Prefeito de Curitiba, o Senhor Roberto Requião de Mello e Silva que, através de sua empresa gerenciadora do transporte coletivo, um dia antes do anúncio do aumento das passagens do transporte coletivo, O Senhor Prefeito, numa atitude desleal para com o trabalhador, encaminha através da URBS um telex a todas as agências bancárias do Banco do Estado do Paraná, mandando suspender a venda do vale transporte.

Isto seria a mesma coisa que um proprietário de automóvel, sabendo que amanhã vai aumentar a gasolina, fosse ao posto e e o proprietário do posto lhe negasse ga-



solina.

Foi uma atitude, até certo ponto no meu entendimento, desonesta do Senhor Prefeito de Curitiba, porque tirou a possibilidade do trabalhador, do assalariado, de poder usufruir do transporte coletivo, usando o vale transporte que é um direito seu existindo até, uma campanha a nível do Governo Federal, incentivando a compra, a utilização do vale transporte.

Virou caso de polícia, pois a Polícia foi até a URBS para fazer a prisão em flagrante do Diretor Financeiro da URBS. Mas, lamentavelmente, as pressões através de órgão do Governo fizeram com que não se consumasse a prisão em flagrante do Diretor Financeiro da URBS. Aí se pergunta se no lugar do Diretor Financeiro da URBS tivesse a fiscalização do Município ou do Estado, flagrado um pequeno comerciante vendendo uma mercadoria acima do preço, será que este pequeno comerciante não iria para a cadeia? Claro que iria para a cadeia.

No entanto, lamentavelmente a pressão política neste caso, que aliás, eu classifico como pressão da politicagem, porque a política correta, honesta, não teria participação neste evento. Fica portanto o protesto da bancada do PDT em relação a esse episódio, a suspensão da venda do vale transporte num dia antes do aumento exorbitante da passagem em Curitiba, e que sua Excelência, o Senhor Prefeito fala que o transporte de Curitiba, é do povo de Curitiba. No entanto ele paga a passagem e pagou o aumento de 16 para 20 cruzados.

Venho também neste momento, fazer uma denúncia em relação a situação hoje dos funcionários da Fundação Rádio e TV do Paraná, aqueles que estão trabalhando na Rádio Estadual do Paraná, quando por ocasião da discussão da reforma administrativa, a Rádio Estadual passou para a Fundação Rádio e TV do Paraná. No entanto, segundo os seus funcionários, que estão há um ano e quatro meses sem receber qualquer tipo de reajuste, estes funcionários teriam deixado de ser funcionários públicos. É um caso sério, e eu peço à bancada do PMDB nesta Casa, que represente o Governo do Estado, que traga algumas informações da situação real dos funcionários da Rádio Estadual do Paraná, que tiveram que assinar...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência tem 30 segundos para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO ... que tiveram que assinar um documento, se aceitavam ficar na Secretária de Comunicação Social ou se aceitavam ir para a Rádio Estadual, optaram pela Rádio Estadual, mas não sabiam eles, segundo eles, que deixariam de ser

funcionários públicos e passariam à categoria de Jornalista e que estão há 1 ano e 4 meses sem receber qualquer reajuste.

Fica aqui, portanto, essa nossa denúncia esperando as explicações por parte do Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero registrar a minha surpresa, minha apreensão nesta Casa pelo fato que julgo da maior importância.

Esta Casa votou há poucos dias, nas últimas sessões, mensagem do Senhor Governador tratando de alterações da política salarial do Estado, isto é, a proposta inicial era de congelamento da URP que resultou na votação nesta Casa, da mensagem de uma emenda substitutiva conferindo ao Senhor Governador do Estado competência para regular a matéria através de decreto. É evidente que não só a Bancada da Frente Liberal como toda a Oposição, as bancadas todas se manifestaram aqui contrárias, mas a maioria, como sempre, venceu.

Agora, Srs. Deputados, é do meu conhecimento que o autógrafo, quer dizer, o processo, a mensagem após sofrer aqui a tramitação, é regional, vai à 1ª. Secretaria, depois à Presidência que encaminha ao Senhor Governador para apreciação no prazo constitucional e nessa apreciação o Senhor Governador deve sancionar, vetar ou até não manifestar-se a propósito.

Mas, Srs. Deputados, o Diário Oficial do dia 22 próximo passado publica o Decreto nº 2740 do Senhor Governador cujo artigo 1º é o seguinte:

"Aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, bem como, servidores da administração direta do Estado, que no mês de março receberam remuneração de 10 (dez) salários mínimos de referência, exceto ocupantes de cargos de magistério, fica concedido um reajuste a título de antecipação salarial um percentual de 16,19%.

Se o decreto é do dia 22 Srs. Deputados, e a publicação no Diário Oficial também no dia 22, como pode o Senhor Governador baixar decreto dessa natureza se a sua mensagem que resultará sem dúvida, em lei, não foi encaminhada ainda com o seu respectivo autógrafo para a Sua Excelência o Senhor Governador.

Daí estranhar este Deputado e a Bancada do meu partido a publicação de um decreto. Não podia o Senhor Governador estabelecer valores diferentes, salários diferentes quando a lei não foi mudada, a Lei nº 8592 que é a lei vigente.



O Senhor Governador somente poderá baixar os decretos que julgar necessários e convenientes após a sanção e publicação da futura lei, cuja tramitação da mensagem passou por esta Casa, mas ficara o autógrafo, repito, ao Palácio Iguazu.

Portanto, houve uma precipitação do Palácio e até um insulto a esta Casa, no meu entendimento. Um desrespeito à lei porque não podia, é infundado.

Como pode decretar qualquer alteração se a lei ainda não está em vigor, não foi sequer sancionada, ela não existe portanto. Sabendo-se que inclusive, o Poder Legislativo já pagou seus funcionários no mês de abril com a lei vigente. Que Lei vigente? a Lei 8.592.

Portanto é um registro que meu Partido não podia deixar de fazer e vai inclusive tomar informações oficiais acerca do encaminhamento do autógrafo para o Sr. Governador, se houve ou não. As informações oficiosas que temos é que ainda não saiu da Assembléia para o Sr. Governador. Portanto, repetindo, é infundado, é absurdo o Decreto publicado no dia 22.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Propõe-se a esta Assembléia, hoje, o rosto da esperança. Eis aí, nos visitam os moços e as moças do Paraná.

Quem viu uma vez o rosto da esperança não o esquece nunca mais. Este é o verso do poeta mexicano Octávio Paz, que eu gostaria de propor à Assembléia para conduzir a discussão entre a importância dos palácios e a importância das universidades; a importância dos príncipes e a importância dos professores; a discussão entre a soberania e a autonomia; a discussão, a velha discussão do Brasil entre os donos do poder, nem sempre doutos, nem sempre ilustrados, mas quase sempre fazendo o jogo contrário do povo ignorante e oprimido pela ignorância.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, impõe-se a esta Assembléia pelo seu passado histórico, foi aqui que em 1912 os Deputados do Paraná contra todas as leis federais, contra todas as normas e todos os regulamentos venceram o atraso que agravava o Brasil, de não ter uma universidade. Foi aqui que se fundou a primeira das universidades do Paraná, se não era este o endereço o endereço era ainda mais prosaico porque era o velho palácio onde hoje funciona a Câmara de Curitiba. E sabem qual era o endereço do palácio do congresso provincial onde se fundou a primeira universidade do Brasil? Era a velha Rua da Liberdade.

Eis pois, Senhor Presidente, que se impõe a todos nós a volta ao endereço da Rua da Liberdade. E se impõe a todos nós, e não é difícil porque eis aí a Bancada dos progressistas do PMDB, dos transformadores do rosto velho do poder. Se impõe a todos nós, aos Senhores Deputados que prometeram mudar o País, voltar à Rua da Liberdade.

Discute-se a questão da autonomia das universidades, nos dizem correspondência do Senhor Secretário Especial do Ensino Superior que o Poder Executivo Estadual necessita manter controle administrativo e financeiro nas instituições de ensino superior a vista dos volumosos recursos financeiros transferidos à mesma.

Façamos a nossa caminhada rumo à Rua da Liberdade, palmilhando os números não de endereço das ruas, mas do orçamento do Estado. O Paraná sabe que o Palácio Iguazu gasta com o seu cerimonial quase duas vezes mais do que gasta com a Faculdade de Filosofia de Jacarezinho. O Paraná sabe que o Palácio Iguazu gasta com o orçamento do seu cerimonial, o orçamento com a mordomia necessária para dar ao Governo a pompa e a circunstância que o Governo merece.

O Palácio Iguazu gasta com o seu cerimonial. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A fim de que possamos prosseguir normalmente nossa sessão, eu solicito aos estudantes e aos professores que estão nas galerias, que não se manifestem, porque o Regimento Interno assim determina: Artigo 119: "Qualquer pessoa poderá assistir às sessões nas galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio sem dar sinal de aplauso ou de reprovação, ao que se passar na Assembléia." Eu peço a compreensão.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu solicito que me sejam dados os dois minutos que Sua Excelência usou para nortear o comportamento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu calculei aqui, foram 30 segundos.

O SR. RAFAEL GRECA - Não, Senhor. Mas, eu imagino de Vossa Excelência a independência de espírito necessário, para me permitir a conclusão do meu raciocínio.

O Palácio Iguazu gasta com o cerimonial do Governo, 1,82 vezes mais, do que com a Faculdade de Direito do Norte pioneiro. E mais, o Paraná sabe que o Palácio Iguazu gasta com o custeio do jatinho do Senhor Governador, oito vezes mais do que com a Faculdade Estadual de União da Vitória.

ria.

Deixemos de lado os gastos de imagem e de propaganda. Propõe-se ao Paraná hoje, pela visita do rosto da esperança, que nós não trazemos à roda do futuro. Propõe-se ao Paraná hoje, que esta Assembléia tenha independência popular de saber julgar, que nem tudo que vale para o príncipe, muda a vida do povo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Observando o Deputado Rafael Greca, esse grande orador, pude lembrar do tempo em que ele defendia o polpudo orçamento do prefeito Jaime Lerner, com relação aos gastos de publicidade em todo o País, e até no exterior, que hoje lhe permite que a sua firma fosse servir em outros países através da publicidade gasta, quando prefeito aqui em Curitiba.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Um dos desafios para o político é o combate em sua própria trincheira.

(Continua lendo)

Acostumados a combater o adversário político de outros partidos, a atacar o inimigo que está do lado de lá, muitas vezes nos descuidamos; muitas vezes somos condescendentes com aqueles que estão em nosso partido.

Hoje com as contradições políticas cobrando de cada um a decisão e a firmeza, não podemos mais admitir as omissões, os desvios, os demandas e a tolerância com práticas que beiram a corrupção, se não a materializam.

Não posso silenciar ante as práticas administrativas do Prefeito de Foz do Iguaçu - Dobrandino Gustavo da Silva. Esse Prefeito que não se dobra ao bom senso, aos ditames do seu partido e à melhor receita de lisura administrativa.

Dobrandino Gustavo da Silva abriu edital para a instalação de relógios digitais em logradouros públicos, em regime de concessão, em troca da publicidade localizada.

Somente quatro empresas no Brasil operam com esses relógios digitais de tempo e hora. Uma delas de larga experiência em todo o país é a Provis.

Por seus próprios méritos acabou concorrendo com as melhores condições e se colocando em destaque como favorita.

O prefeito, então, cujo propósito real é atrasar o progresso de Foz do Iguaçu, anulou a concorrência e fez outro edital mais restritivo.

Mas Dobrandino queria dobrar uma empresa capaz e ajustar os ponteiros com ou-

tra empresa. Porém, perdeu outra vez.

E fez um terceiro edital, no qual faltava apenas nominar que não queria a empresa Provis e sim a empresa FERCI.

Desprezando todo o acervo técnico e empresarial da firma Provis - com serviços prestados em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outros Estados, o Prefeito Dobrandino se dobrou mais uma vez a alguns interesses e mandou instalar no Trevo de Foz do Iguaçu um relógio da empresa Ferci.

Pressionado pela flagrante ilegalidade de estar de concorrência aberta e já instalando sua favorita, retirou o relógio, mas deixou a base. Como que deixou as unhas do lado de fora.

Amanhã, às 15 horas, serão abertos os envelopes da terceira concorrência do Prefeito Dobrandino.

E o filme de suspense deverá responder ao seguinte:

Terá o Prefeito Dobrandino dobrado o cabo da moralidade administrativa? Nas dobras da Administração de Foz do Iguaçu haverá preferências empresariais? A população de Foz do Iguaçu dobrará os índices de aprovação ao prefeito de sua cidade?

Amanhã teremos a resposta.

Porque sabemos que a ganhadora já é a FERCI, a única empresa com condições de atender interesses dos ponteiros acertados entre o Prefeito e a tal empresa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Domingos ScarPELLINI.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Que beleza ver esta Casa com os moços e com as moças! Os moços e as moças, Senhor Presidente, que não tinham acesso a estas galerias em 1975, quando aqui cheguei como Deputado Estadual pelo MDB.

Os moços e as moças que estavam sendo reprimidos nas ruas, nas universidades, os Diretórios Acadêmicos pelo Decreto-Lei 477, que a ditadura implantou.

As moças e os moços, muitos que gostariam de estar aqui àquela época, quando saíram pelas ruas falando em liberdade, encontraram a baioneta, o fuzil e o cemitério clandestino. Como foi o caso de dois colegas e companheiros de ginásio e de segundo grau, lá em Apucarana, Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianézi, que foram em busca de proclamar a liberdade, a justiça, de proclamar democracia, perseguidos e assassinados pela repressão de 1970.

Como estudante universitário que fui, que vi nos carros, que vi os professores dizendo que nós estávamos vivendo naquela época um novo tempo e que este tempo cha-

mava-se "Brasil - Ame-o ou deixe-o". Era o tempo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus caros jovens e professores que aqui estão. Era o tempo em que as galerias não recebiam os estudantes para aplaudir ou para vaiar, porque as galerias estavam distantes do acesso, elas não eram democráticas. Hoje há democracia, hoje vemos que a luta de tantos e tantos irmãos que tombaram, valeu a pena, porque os estudantes vêm ao Parlamento para aplaudir ou para vaiar, mas é um direito assegurado que o estudante e o povo brasileiro conquistaram.

Esta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pelo tempo que vivo e que passei várias vezes por essa tribuna, nunca me senti tão orgulhoso de ver esta Casa tão repleta de tão significativa vontade do presente e do futuro, e não posso imaginar que aquilo que se tentou fazer no passado, do "ame-o ou deixe-o", está imposto novamente em nossas universidades.

Ouvimos aqui o Deputado Antônio Belinati dizer que entre o futuro e a volta ao passado centralizador, fica com a universidade. Eu gostaria de dizer aos professores, aos estudantes que aqui estão, que este mesmo Deputado Antônio Belinati, que fala no futuro, que fala em ficar com a universidade, foi aquele que quando Prefeito de Londrina, que quando o Senhor Pinotti era o Reitor da Universidade, ele também como Prefeito deu pinote.

Ele não ficou com o futuro e nem com o presente e muito menos com a universidade, ele ficou com os padrões que estavam na Reitoria da Universidade e deixou de defender a liberdade, defendendo naquela época os estudantes e a greve justa que os estudantes faziam reclamando por melhores atendimentos da Universidade Estadual de Londrina.

Senhor Presidente, eu solicito um minuto para concluir.

Nós temos ouvido insistentemente a palavra daqueles que relembram os poetas, que relembram os grandes pensadores e não poderíamos deixar, aqui, hoje, de dizer algumas palavras do revolucionário Agostinho Neto, o homem que, com a sua luta de mais de trinta anos, conseguiu libertar Angola e a transformou em uma República Popular servindo aos interesses do povo e não aos interesses dos exploradores.

O poeta e revolucionário Agostinho Neto, disse que não basta que a causa seja justa e pura, é preciso que a justiça e a pureza estejam dentro de nós.

Não basta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a palavra fácil e solta, quando realmente ela teve outros compromissos e outros comprometimentos no passado, é preciso que se mostre o passado, que se mostre o presente, para que possamos

ter um indicador de como será o melhor futuro.

Muito Obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, caríssimos membros do Corpo Docente e Discente das Universidades Estaduais do Paraná.

"A política ou é intérprete da rua, através do veículo convencional, civilizado, democrático enfim, da sociedade, ou ela, pela incompetência, cegueira e prepotência dos governantes, explode com desespero e sangue na rua, confirmando o sombrio vaticínio de que a violência é a parteira da História".

Deputado ULISSES GUIMARAES, em 24.08.83.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Nesta quadra da vida nacional, uma verdade se impõe: há 98 anos da implantação da República, vivemos a mais cruciante e histórica crise de credibilidade política de nossa história. Daí, enquanto os poderes públicos padecerem deste mal, os nossos caminhos serão inescrutáveis; as nossas dificuldades serão invencíveis; a existência, um suplício diário, adornado de um amanhã sem luzes e sem perspectivas.

Não somos arautos do apocalipse. Antes, nas linhas do real e do palpável, pretendemos ser obreiros de um novo tempo que afirme, mais do que o resgate dos compromissos que assumimos desde as praças públicas até os mais longínquos rincões do nosso Oeste, o subsídio, a partir deste Parlamento, para a edificação de um Estado mais voltado aos interesses da Nação; mais atento a seu caudal de responsabilidades; e mais consciente de seu dever de administrador da vida e dos anseios do povo.

Estimamos que a vertente não se situa, especificamente, nos políticos. É mais profunda. Está localizada na estrutura institucional, até aqui, perversa e nociva ao desenvolvimento pátrio.

Que assunto, então, traríamos a esta tribuna, que já não conste nos Anais desta Casa? Que denúncia registraríamos nestes Anais, que já não foram exaustivamente estampadas e registradas pela imprensa do País? Que reivindicaríamos para o povo, se é o povo que está sustentando a economia pública destinada a dar-lhe fomento? Que exigiríamos de um Governo confessadamente sem Tesouro, e sem suporte institucional sequer para honrar a autoridade que o qua-

lifica? O que ainda nos restaria, além da formulação de um raciocínio interesseiro, que já não estivesse desmoralizado pelo descrédito que nós, políticos, capitalizamos na opinião pública?

Com quem lamentaríamos, se a vida neste País virou uma lamentação? Aonde buscaríamos alento, se de todos os quadrantes da Nação se levanta a tempestade demolidora das ambições em conflito, a misturarem-se com a degeneração da inteligência, que varre a capacidade de empreendimentos da Pátria como um furacão desintegrado em torvelinhos sem direção?

Ao encararmos o Brasil de hoje por este patamar, realmente, não teríamos mais nada a propor, já que a função do Parlamento não é empreender nem realizar, mas, sim, idealizar, projetar e institucionalizar a vida civilizada, de forma a que as aspirações nacionais fundam-se pelo regime, e os institutos de direito, com as necessidades populares e os suportes de soberania.

Então, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, e, em especial, Senhores Jornalistas, que aqui se encontram na busca de informações ou de alento para o povo: pedimos vênua à memória do Parlamento Brasileiro para, com veneração de legatário deste Estado fazermos, a mais cruel das denúncias ou, simplesmente, revelar a fonte de todas as opressões que impotencializam o povo brasileiro, operando como uma camisa de força que arrocha e inviabiliza, de cima para baixo na medida em que o Município é distanciado dos favores do Estado, e este é usurpado nas quotas que lhe cabem na União, em cujo contexto institucional, a grandeza do País acaba sendo sugada da classe empreendedora, servindo-se de quem produz tanto quanto de quem consome.

Oriundos do meio técnico-agrícola empresarial, onde formávamos coro com o povo espoliado e a resignação era o conforto, porque não conhecíamos culpados imputáveis, a investigação das causas, das fontes e de predomínios, veio por pressões da nossa origem sobre as responsabilidades do nosso mandato.

E, o que foi que descobrimos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas?

Descobrimos, por acaso, que se não morressem, a cada hora, 45 brasileiros recém-nascidos, vítimas inocentes da fome e da desassistência, os cerrados e os sertões do Brasil estariam, quem sabe, transformados em lavouras? Ou, descobrimos que as populações marginalizadas seriam menores, se o Governo ousasse um programa de adoção pelo Estado, e que abrangesse os 36 milhões de menores carentes e abandonados que são responsáveis por 51% da pauta

dos delitos do País? Descobrimos, será, que se não tivéssemos 42 milhões de analfabetos, provavelmente teríamos tecnologia para fazer do ouro de Serra Pelada e do nosso privilegiado potencial mineral, a nossa força de soberania? Ou, descobrimos que a inflação demográfica e o desemprego crescente não existiriam, se o País tivesse uma estrutura de vida, mais do que um sistema de competições pelo Poder e pela fortuna?

Não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas: devemos ter descoberto que a inflação econômica é possível de ser solucionada com eleições para Presidente da República; que os alugueis podem ser extirpados com a socialização do País; que os agricultores sem-terras podem ser assentados, se entregarmos o País à partilha absolutista, com a extinção da propriedade privada.

Não, não foi nada disto que descobrimos, porque tudo isto constitui, apenas, o libelo preponderante da comunicação e do contradiatório ideológico.

Nós descobrimos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, coisa muito mais grave. Ou não há gravidade num libelo de 98 anos de República, que vitima o povo sem nunca ter especificado um culpado?

Ou Getúlio Vargas, por ter-se suicidado, é um culpado? Mas, não devemos a ele a justiça do trabalho e a dignificação do trabalhador com o amparo de um salário-mínimo inviolável de uma jornada de trabalho determinada?

Talvez Juscelino Kubitschek de Oliveira, de cujo governo tanto se questionou? Mas, será que, se Juscelino não tivesse edificado Brasília; não tivesse construído os 3.000 quilômetros de estradas que construiu, teríamos hoje a infra-estrutura de produção que, a cada dia, mais e melhor consolida a nossa soberania? Se Juscelino não tivesse dado alento à industrialização, teríamos alcançado o avanço tecnológico que, hoje, nos projeta em todos os campos das ciências, como um povo desenvolvido? Ou, a classe metalúrgica, que medrou dali, e que hoje lidera com salutar desenvoltura os trabalhadores brasileiros, é um mal? Mas, por quem foi ela produzida, que não pelas multinacionais, que valeram a Juscelino o epíteto de "entreguista da Pátria"?

Persistindo a dúvida sobre Getúlio e sobre Juscelino, é certo que sobra Jânio da Silva Quadros. Sim, é ele a fonte de todos os males desta República. Não deixou nada para a sua memória, que exceda uma condecoração ao líder guerrilheiro "Che Guevara", a proibição das rinhas de galo, nascida da razão de atingir seu desafeto, o Marechal Lott, apaixonado disso; o veto ao uso de maíde, fora da orla marítima,

e a renúncia aos 7 meses de governo, em cujo vácuo, João Belchior Goulart, de saudosa memória, completou o quadro político para a desastrosa experiência que vivemos a partir de 1964 e está se dissolvendo agora. Sim, Jânio é o responsável. Mas, se não fosse ele, não teríamos governo militar. E teríamos essa estrutura de segurança e defesa que permite, hoje, constituirmos a vida brasileira por todas as suas correntes de opiniões e de doutrinas, num ambiente de tolerância, compreensão e conciliação?

Logo, em nossa biografia política, não encontramos culpados! Onde estão eles, então?

Se volvermos o passado, encontraremos o contraditório nacional nos limites da lide do nosso Processo Histórico; se nos situarmos no presente, constataremos uma democracia em construção, com todo o liberalismo característico dessa luta; se descontinarmos o futuro, sentiremos o crescimento demográfico sinalizando que os problemas criados pela construção física de Estado, serão solucionados pelo trabalho de um povo, cujo número excessivo dissolverá qualquer erro do presente.

A República chegou até nós apresentando a miséria do povo e acusado os que governam. Entretanto, a miséria se dissemina por todo o nosso esforço de desenvolvimento e, cada "plano" que se nos anunciam, não é mais do que um alento momentâneo de um prego social genocida. E a Nação continua acreditando no singelo amparo da rotatividade do Governo, dando, assim, à nossa civilização, um cunho quase que masoquista.

É certo que descobrimos, então, que o Presidente JOSÉ SARNEY é o "Cavaleiro do Apocalipse", porque somente um estadista, assentado no seu próprio potencial estratégico, é capaz de colocar, como dinâmica dos seus ideais de Governo, o Poder confrontado consigo mesmo, num auto-questionamento que iniciou querendo cassar o mandato presidencial, e se encerra numa tergiversação procrastinatória da grande questão nacional, que é o povo e os seus anseios de vida.

Não, também não foi isto que descobrimos, porque esta hipótese já fundamentou a "Emenda Matheus Iensen" que situou o nosso tempo no limiar da respeitável profecia, na qual o desentendimento generalizado, é posto como desafio derradeiro à cólera divina.

Mas, a moda política do momento não é pedir eleições diretas com a diminuição do mandato do Presidente José Sarney? Ou, nos exporemos à exortação popular, sustentando a legitimidade institucional deste mandato, cada vez mais comprometido com a decadência da autoridade, o tráfico de in-

fluência e a mercadejação de interesses inconfessáveis? De onde, enfim, extraímos a nossa descoberta? Do lado do povo que clama? Do lado do Governo, que atolado cada vez mais na impopularidade e abandonado na solução das suas próprias razões, não larga o leme? Ou no centro desses extremos, onde repontam o País à dispersão, os ideólogos da retórica salvadora?

Senhor Presidente, Senhores Deputados: até aqui, lancamo-nos sobre os horizontes do contexto republicano, homenageando Catilina, quando, assim, satirizava uma Roma sem cérebro que, vencida pela orgia, tornou-se incapaz de entender o elementar, porque, se mudam as equações dos sistemas de Poder que criam e extinguem civilizações, permanece a conduta humana, presa ao conflito de interesses, que impede o homem de realizar-se como criatura universal e ilimitada. E, então, as situações da História se verificam sem perda de substância, sempre que a conduta dos povos se tornam inadministráveis. E é da História que extraímos a lição insuperável de que, sempre que um povo se apronta, pelo seu ânimo de organização de sobrevivência, premido pelo descrédito do Governo, e não é absorvido pelos que lhe administram o desprendimento político, um tirano surge do contexto de miséria que o aflige, e assume a Nação.

Mas, esta também não é a nossa descoberta, porque as lições do acervo histórico da humanidade ganham o nome de cultura, e vão compor nas cátedras que, se nos servem na formação escolar, depois, devem ceder lugar à nossa maturidade, pela qual temos de nos assenhorear da vida e do mundo, tanto para conquistarmos o nosso espaço de sobrevivência particular com dignidade social, quando para administrarmos o complexo congregacional, que nos reúne como povo, com desassombro ideológico.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado David Cheriegate. Eu solicito às pessoas que não pertencem ao plenário que se retirem porque está havendo muito tumulto no discurso do Deputado.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (L2):

E, então, o suporte fático do nosso processo histórico, na denúncia que, sem nenhum suspense começamos relatar, não tem maior relevância, porque tudo o que se acusa e se ressalta no governo José Sarney, se acusou e se ressaltou em todos os Governos que o precedem. Só mudando de aspectos e de valores conceituais ou retóricos. No Brasil-Colônia, não se traficava poder, mas, traía-se a consciência da nacionalidade, entregando-se compatriotas à força e ao esquartejamento; não se desvia-



uam divisas, mas, saqueavam-se as riquezas nacionais.

De modo que, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para um projeto político de amparo ao povo como congregação inteligente, que deve ter na administração da vida o seu empenho de governo, é irrelevante a sua defesa ou condenação. Ou, não está demonstrando pela prática política nesta República, que o rodízio de pessoas no Governo, e nos serviços públicos, não tem aperfeiçoado o Estado, nem tem atendido as aspirações nacionais?

Pois bem, há 98 anos que este País pratica a teoria republicana como escola de iniciação de Poder, no âmbito mais teórico que os sistemas de Estado nos oferecem, porque esta prática limitou-se aos atos de transformação do Império, na escola de Montesquieu, como se a concepção do Estado instituído pelos "Três Poderes independentes e harmônicos entre si" bastasse a este País, que é a quarta maior geografia do planeta, com uma população carente de amparo institucional que a prepare e impulse à iniciativa realizadora.

Na "Proclamação da República", ocorrida de improviso, e quase por equívoco, perpetuou-se o improviso e o equívoco, que a tecnocracia, intentada pelo regime militar, transformou em deslumbramentos militares, genialidades governamentais e messianismos nacionais, por onde vestiram um povo sem renda "per capita", incapaz de dar à Nação poder de consumo de um País capitalista. Daí, gerou-se o déficit público, porque de produção pressionado contra a falta de liquidez do consumo. Donde, é um equívoco que desvia o País da rota corretiva de sua economia, afirma-se que o "déficit público" é consequência, somente, dos gastos do Estado.

Aliás, não é demais lembrar que os déficits orçamentários que obrigam o suprimimento da base monetária do País, ocorreram por falta de uma economia que tenha, no retorno dos investimentos de produção, o seu fluxo de capital. Quando isto não ocorre, o Governo tem de bancar os "subsídios", estabelecendo-se o paternalismo do Estado, do qual Roma já nos deu o exemplo de sua nocividade.

Tudo isto é o suporte nacional do contexto que, por sua própria evidência, não constituiria uma denúncia. E, denunciar o denunciado, esclarecer o esclarecido, pensar sobre o que determina, o comportamento execrável do Poder Público, é um embuste imoral, que, já mereceu de Almeida Garret, o nome de "torvelinho do nada, formado no encontro da verborragia com a má vontade, e levantado no rebusque na retórica, que embute o inferno futuro no azul expresso da ignorância", porque conduz a sensibilidade do povo para o rumo inverso do desti-

no que ele quer, do qual usufruem, apenas os embusteiros.

O que é que, então, até hoje jamais foi denunciado? Pedimos vênias ao Senhor Presidente, pedimos a compreensão de todos quantos nos ouvem ou nos lerem, advertimos os Senhores Deputados que, não viemos poluir esta Sessão com uma repetição retórica ou uma travessura política.

Denunciamos, constrangidos, diante da memória do Parlamento, que o PODER LEGISLATIVO é o responsável, sozinho e único, pelo subdesenvolvimento do País, pela sua epidemia inflacionária e por toda a patologia que desfecha em cadeia sobre o povo e contra os ideais de prosperidade, neste inoportuno momento.

Uma denúncia, aliás, que é elementar. Pois, se o Poder Judiciário é o administrador do conflito de interesses; se o Poder Executivo é o gestor do contexto nacional; a quem compete a ESTRUTURA DE VIDA DO PAÍS? É óbvio que é ao PODER LEGISLATIVO, se é verdade que a vida civilizada nada mais é do que o ordenamento legal dos ideais do povo.

Sabemos, por história, por escola e por experiência, que a vida politicamente organizada pilastra-se, antes, na estrutura partidária, depois, no estado de direito; e, estes dois campos, constituem a razão; a atividade e a substância do Poder Legislativo.

É tarefa do Poder Legislativo fazer a Constituição, que é o fundamento da vida de um povo. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados: nestes 98 anos de República, o PODER LEGISLATIVO não elaborou nenhuma, porque editou cinco textos constitucionais, e nenhum serviu, por virem maculados, cada um, do vício de Frente política que atendia a elaboração legislativa em causa própria.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khuru) A Mesa concede mais um minuto para a conclusão do seu discurso.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu solicito à Liderança da nossa Bancada se pode me ceder o Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deferido. Continua com a palavra o Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Lê):

Como a Constituição é o oráculo institucional que fala o direito e dita a justiça, tivemos um Estado absolutista regido pelos decretos-leis e os atos de exceção, onde o Poder a tudo permite, até as raías do desavergonhamento e da falta de honridade, em que o povo mantém-se desprovido de mecanismos institucionais de questiona-

mento do Estado, enquanto o Governo confisca, espolia, intervém, aliena o País, e empenha a Nação.

Dai, Senhor Presidente, Senhores Deputados: "quando a justiça não pode, por força do regime, presidir a harmonia entre as regiões e as camadas sociais de um Estado, o Patriotismo dos privilegiados ofende o sentimento nacional das vítimas. O culto místico da Pátria, como alheia abstração da realidade social, foi sempre característico de tiranos, imolaram os cidadãos, desonraram as nações. São inimigos da nacionalidade os que não pressentem o evoluir do seu povo, os que oprimem, os que o enganam, os que o exploram. A mentira patriótica dos marcadores é a antítese do terno sentimento que constitui o patriotismo do coração e da harmonia espiritual". Pelo menos, esta é a lição do insigne mestre José Ingenieros, ao situar a justiça como produção constitucional.

E, medida por inúmeros, no quadro estatístico do Banco Mundial sobre a vida no Terceiro Mundo, a relapseia oligárquica do PODER LEGISLATIVO, com a manutenção de uma República absolutista, administrada por um Governo oficioso, se traduz em decadência de vida, assim demonstrada: com a 4.ª maior geografia do mundo, somos importadores de alimentos; com o 8.º maior volume econômico do mundo, detendo o 9.º lugar no Produto Interno Bruto, somos a 49.ª Nação em qualidade de vida; consumimos, apenas, 1,5% de energia produzida no Planeta, contra 33,5% consumida pelos Estados Unidos e, 27,9% consumida pela Rússia, o que nos coloca em deprimente alienação econômica, que resulta numa dívida externa de mais de 12.ª bilhões de dólares; a mortalidade infantil é três vezes maior do que a do Chile, 40% maior do que a do México; apenas 21% dos jovens, de 7 a 18 anos, vão à escola, numa proporção de 66% sobre o Chile, 49% sobre a Colômbia, e 91% sobre a Coreia do Sul. E, porque isto acontece? Porque, enquanto agiganta-se o paternalismo de Estado que tem por objeto manter as plebes votantes, consumindo 25% do Produto Interno Bruto em assistencialismos mal dirigidos e interesseiramente gerenciado, a renda "per capita" da população mais pobre vem caindo, concomitantemente, ao agigantamento da economia pública sobre a privada, e na proporção desse favor assistencial, em 7%, 14,1% e 13%. Enquanto 23% dos gastos oficiais com educação são carregados para o ensino superior, apenas 9% são aplicados no ensino secundário. Mas, onde se situa o maior contingente estudantil? Na universidade? Não, porque apenas 1, em cada 100.000 brasileiros, completa um curso superior; enquanto 4,5 milhões de crianças ficaram de fora das escolas neste ano de 1988, por falta de empenho da Re-

pública. Enfim, são 7 bilhões de dólares anuais a média de gastos governamentais, somente com os subsídios eleitorais. Por causa destas distorções, o povo definha; o País está quebrado; e, todas as cátedras, da Economia ao direito, da Sociologia à Política, da Filosofia à Matemática, todas, resultam desmoralizadas.

Entretanto, os males da carência de inviolabilidade constitucional do regime, não param aí. De todos, o pior é a do "golpe de Estado", pelo qual um verdadeiro "script" de conduta perversa dita a vida institucional da Nação, e por cuja ameaça permanente, a iniciativa privada se mantém em suspense; a força de trabalho fica inativa; a capacidade de produção, ou fica inaproveitada ou é contrabandeada. Pela falta de hombridade política, do Poder Legislativo, bem traduzida na subtração constitucional à República, esta já foi proclamada oito vezes, sem nunca ter definido uma vontade política, um horizonte ideológico, um projeto de vida. O resultado, é esse contexto de apodrecimento geral do País, que acaba por nos padronizar com o mesmo grau de culpa e de irresponsabilidade.

Virão os que nos contestam mostrando, nas coletâneas das leis, o labor do PODER LEGISLATIVO. Adiantamo-nos, para confirmar-lhes que, só no campo do direito Civil, temos 127 mil leis em vigor no nosso País. No âmbito total da nossa Ordem jurídica há pesquisadores que afirmam termos uma lei para cada fração de segundo da vida média de 65 anos de cada brasileiro, ocupando-se com todos os absurdos de um povo imaturo, inseguro e confundido. Há ainda, pesquisadores mais precisos, que afirmam ser a nossa produção legiferante, suficientemente grande para envolver toda a humanidade. No entanto, não temos uma lei que habilite a Justiça a coibir o desvio de divisas para fora do País; nem, uma lei contra a depredação da natureza; nem, uma lei que instrumentalize os organismos de segurança, de forma eficiente na repressão ao tráfico de drogas; nem, uma lei que retire das atividades financeiras os que saqueiam o Tesouro; nem, uma lei que permita ao povo conhecer as coincidências de fortuna dos agentes do Poder Público, quando apresentam seus momentos de maior prosperidade, no preciso tempo em que se desempenham no Governo; nem, uma lei que distribua as atividades de vida, de forma a produzir a "justiça social", e então, o lucro se transforma em premiação dos "modelos econômicos", ora privilegiando o sistema financeiro, ora o industrial, nunca, porém os assalariados; nem, temos uma lei que limite o governo às suas disponibilidades orçamentárias, e por isso, de janeiro a dezembro de 1987, o seu déficit



de caixa foi de 190 bilhões de cruzados, que obrigou o Governo a jogar no mercado de capitais, títulos da dívida pública no valor de 380,4 bilhões de cruzados, e a tomar emprestado no exterior, 89,3 bilhões de cruzados, fomentando, ainda mais, o aceso processo inflacionário, no intuito, de honrar a despesa gerada pelo custo do pessoal civil da União, que alcançou 27,4% do respectivo total, representando um aumento de 278%, em relação ao déficit de 1986.

A propósito, esse processo de empirismo político, já premiou, diretamente, mais de 6,4 milhões de cidadãos nas diferentes esferas de Governo, indiretamente, outros 26 milhões, que são mantidos por uma população economicamente ativa, de 53 milhões de pessoas, à média de um servidor para cada 8,28 pessoas componentes da força de produção nacional.

É por aí afora, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Por falta de um PODER LEGISLATIVO, postado conforme a finalidade pela qual Montesquieu colocou com invencível propriedade científica, cultural e intelectual, que é a de dar ESTRUTURA INSTITUCIONAL ao Estado, a República não tem estrutura de segurança pública; não tem estrutura financeira; não tem estrutura econômica; não tem estrutura administrativa; não tem estrutura de saúde; não tem estrutura de educação, não tem estrutura de trabalho; não tem estrutura de produção; não tem estrutura jurídica; não tem estrutura agrária; não tem estrutura nenhuma, em nenhum dos campos do contexto da vida civilizada. Tem, apenas, o poder político e o poder militar pelos quais opera-se o governo como despojo, ora de golpes de Estado, ora de embustes eleitorais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: estamos sendo céticos? Então, a quem cabe o dever de respeito, ao réu pela vítima, ou à vítima pela sua desgraça? Onde nasce o dever de submissão, da integridade da instituição, ou da pusilanimidade interesseira dos seus agentes?

Nós, denunciemos à Nação que o PODER LEGISLATIVO, em todos os seus graus e formas desta República, é o único culpado pelo subdesenvolvimento do País, que nos assola com a inflação econômica e a inflação demográfica; que o PODER LEGISLATIVO é o único culpado pelo genocídio que campeia, nesta hora, por todos os quadrantes da Pátria. Com a agravante de ser, nele, que se amparam as atividades políticas que arregimentam os efetivos de Governo e de Poder, e que é dele que se alçam todos os vãos aos postos de controle da República. O PODER LEGISLATIVO é o culpado, porque nunca cumpriu com a sua finalidade de dar ao Estado, a ESTRUTURA INSTITUCIONAL aco-

lhedora das necessidades de desenvolvimento de vida da Nação.

Instauramos, pois, Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste momento, o projeto político de RECRIAÇÃO DA REPÚBLICA, colocando o primado da isenção, nesta apresentação do primeiro e principal culpado para fora da couraça de comprometimento que o protegia, à investigação da imprensa e à justiça do povo: Deste projeto, este pronunciamento é, apenas, a sua peça inaugural.

"ALEA JACTA EST"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença, nesse Plenário, do Vereador José Carlos Rosa do PDT de Grandes Rios, do Vereador Jorge Bernardi do PDT da Capital, e do ex-Deputado Federal Amadeu Gera, Presidente do PDT, e Leite Filho, Jornalista Autor do Livro "Brizola" e ainda a presença do Vereador Aziel Pereira de Curitiba.

No Horário das Lideranças concedo a palavra à Liderança do PTB.

Havendo declinado, concedo a palavra ao PL.

Com a palavra, Deputado Ezequias Lossó.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Por diversas vezes esta representação do Partido Liberal ocupou a tribuna desta Casa para ressaltar a sua preocupação quando se fala em educação.

Sabemos que esta situação caótica em que vivemos já há algum tempo em nossa Pátria deve-se exatamente pela falta de uma educação aperfeiçoada.

As nossas universidades não têm tido as condições para o cumprimento do seu relevante papel como acontece em outras partes do mundo.

Talvez, preocupado com esta situação o legislador federal no ano de 1968 já estabeleceu a autonomia das universidades para que elas pudessem se estruturar devidamente. E a estruturação de uma universidade, de uma faculdade Senhor Presidente e Senhores Deputados, não é trabalho para poucos dias, para poucos meses. É um trabalho que muitas vezes demora uma geração toda.

O Estado do Paraná pelos seus legisladores também preocupados em dar às universidades os instrumentos necessários para o cumprimento do seu papel aprovou e promulgou a Emenda Constitucional nº 20 no ano de 1983.

Este ato, recorde-me bem, proporcionando às universidades, às instituições de ensino superior foi saudado por muitos integrantes deste Parlamento, por muitos professores, por muitos estudantes, intelectuais, por muitos chefes de família,

como o marco histórico para assegurar ao povo paranaense as condições para ver os seus filhos adquirindo uma condição melhor de vida pelo preparo adquirido mercê de uma autonomia, porque quem deve decidir os assuntos relativos àquela unidade de ensino superior, são aqueles que estão diretamente envolvidos com o processo que ocorre naquela cidade.

Há diferenças fundamentais a serem consideradas entre o que acontece em Maringá e o que acontece em Curitiba. Há aspectos sócio-econômicos e ninguém melhor para concluir o que é conveniente e o que não é, do que a própria instituição de ensino superior.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando se discute esta questão, o Partido Liberal não pode ficar omissos, e vem dizer que compreende a luta dos professores e dos alunos, das instituições de ensino superior do Estado do Paraná e dará o seu apoio, não somente neste episódio, mas em todos aqueles que venham servir para a construção de uma educação forte que nos leve à redenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares, demais presentes, participantes desta primeira sessão desta semana. A família universitária, representada aqui pelos professores, alunos, funcionários e seus representantes, que são bem-vindos à esta Casa de ressonância das aspirações populares do Estado do Paraná.

Certamente a nossa preocupação, nesta data, não podia variar, a não ser a preocupação trazida pela família universitária, neste dia!

Já nos pronunciámos, muitas vezes, no passado, na reforma administrativa, e nesse ano, mediante a tentativa do Governo do Estado em alterar princípios e a prática da vida universitária.

Hoje eu gostaria de lembrar ao Senhor Presidente aos Senhores integrantes desta Casa, que, certamente terá o poder decisivo sobre o futuro da comunidade universitária.

Gostaria de levar à consideração trechos ditos, no passado, por uma pessoa importante na vida política paranaense.

Vamos aos trechos:

"O sistema educacional brasileiro é reflexo da concentração do poder político e econômico.

É subsistema de um sistema político fechado e de um sistema econômico montado para beneficiar determinados grupos nacionais e estrangeiros, assegurando privilé-

gios.

Assim, a universidade foi transformada em instrumento da estrutura de poder, colocada a serviço da reprodução e manutenção do sistema de dominação política e econômica.

Para isso o Estado, colocando-se acima das classes, do povo estabelece a ditadura das leis, das orientações, das prerrogativas. A autonomia universitária foi encampada pelo Poder Central e a política educacional estabelecida a nível de Estado e não da sociedade.

Os dirigentes universitários, nomeados mediante critérios próprios da politicalha de um governo que se julga proprietário da educação.

Mas, se age como proprietário da educação, não paga por ela".

"O governo ignorando que educação é serviço público fundamental, transferiu para empresários a tarefa de educar o povo. Surgiram, então, picaretas da educação, traficantes do ensino, mercenários, vendedores de diploma. A escola, com honrosas exceções, transformou-se em verdadeira coletoria, preocupada em arrecadar cada vez mais; em balcão onde se vendem vaidades e ilusões.

Cometem os governantes crime de responsabilidade, pois com esse regime de incompetência treinada estão comprometendo gravemente o futuro do país.

"A educação, dever fundamental do Estado, direito de todos e não privilégio, transformou-se em negócio"... "Melhor negócio que Educação, segundo um dono de faculdade em entrevista ao "Pasquim", só motel de alta rotatividade.

Antes o professor ganhava como magistrado, hoje é quase um "bóia-fria" de diploma, desvalorizado pelo autoritarismo anticultural.

É preciso mudar. Exige-se novo projeto para universidade e para a Nação. Coisas diferentes das atuais.

Nova escola, que atenda especialmente os interesses das imensas camadas da população que não têm acesso ao capital, ao poder, à produção, à participação e à liberdade. Educação é questão de brio nacional. Sem ela, produção, desenvolvimento, democracia, não existem.

Estas palavras proferidas por mim até este momento não são minhas. São palavras de um homem que há tempos não muito distantes, defendia interesses populares, mas que ao ascender ao poder guindou-se para as teses reacionárias. Este homem, que era um defensor intransigente da democratização do país, através de eleições diretas em todos os níveis, passou a defender aguerridamente a postergação da chamada "transição democrática", dando sustentação a um Governo ilegítimo e repudiado pela

população. Este homem, nobres colegas, defendia o rompimento com o FMI e a não submissão aos banqueiros internacionais e agora está sustentando as bandeiras entreguistas do Governo José Sarney, que se curvou vergonhosamente diante do FMI, concordando em privatizar as empresas estatais, passando o seu controle acionário para o capital estrangeiro, através da chamada "conversão da dívida".

Este homem, Senhores Deputados, que ocupava a tribuna do Congresso Nacional para denunciar a espolição dos trabalhadores brasileiros, condenando os arrochos salariais promovidos pelo Ministro Delfim Netto, no período militar, tornou-se um seguidor das mesmas teses ditadas pelo FMI, impondo um duro arrocho ao funcionalismo do seu Estado. Este homem, senhores que bradava em defesa da autonomia universitária, como bem demonstram suas palavras repetidas por mim no início deste discurso, tornou-se um defensor da tutelação das universidades. Este homem sofreu a mais violenta metamorfose que o poder tem provocado em parte das fileiras do PMDB.

Estou falando do Governador Álvaro Dias, de quem emprestei parte de um discurso proferido em maio de 1980, quando ele ocupava uma cadeira na Câmara Federal. Ficamos imaginando qual é a perversidade do poder que provoca tamanhas distorções de princípios. Para um Governo que ocupou o Palácio Iguazu se vangloriando de ter chegado ao poder sem quaisquer compromissos com quem quer que seja, Álvaro Dias está conseguindo provar que não tinha e não tem compromissos com os trabalhadores e com os setores progressistas da sociedade, como a comunidade universitária paranaense.

Álvaro Dias, tem compromissos, sim Senhor. Tem compromissos com os grupos econômicos do Estado, com as grandes empreiteiras, com os latifundiários como bem demonstra a política implantada por seu irmão, frente à Secretaria de Estado da Agricultura. Tem compromissos com os empresários e com o capital estrangeiros, aos quais se soma para defender a privatização de estatais e a conversão da dívida. Álvaro Dias tem compromissos com o deplorável Governo José Sarney. Tem compromissos com o ministro Antônio Carlos Magalhães nos braços do qual festejou a aprovação do presidencialismo com cinco anos. Álvaro Dias tem compromisso com os militares e com os setores que atuam contra o anseio popular por eleições diretas. Álvaro Dias faz coro com os que pregam que eleições diretas este ano colocariam em risco a democratização do país. Um raciocínio revolucionário, que inverte a lógica das coisas.

Álvaro Dias tem compromissos com suas

ambições pessoais, colocadas acima dos interesses populares. Álvaro Dias está tão repleto de compromissos que perdeu a sintonia com os anseios do povo. Em sua vaidade doentia, ele se contenta com as bajulações dos eternos, "bobos da corte". Da mesma forma que Álvaro Dias se submete a todo tipo de insensatez para garantir a benevolência do Governo José Sarney, se com a fidelidade daqueles que pretendem tirar proveito do poder. É a política fisiologista que se reproduz e se eterniza.

Álvaro Dias está cedendo ao canto de sereia entoado pelos cortesões do poder. Em sua inocência fingida, Álvaro Dias se entrega ao artificialismo das recepções oficiais pelas quais paga vultuosas somas para ver reproduzidas em todos os veículos de comunicação. Assim, ele alimenta a falsa imagem de governador idolatrado. Uma idolatria que não passa de um esforço da sua equipe de assessores e da mídia normalmente condescendente com os governantes. Este Governo, em que pese todas as suas fraquezas, tem uma virtude que somos obrigados a reconhecer: consegue travestir suas intenções mais escusas com o manto de uma "falsa moralidade" que até agora não foi além dos discursos oficiais. Assim, ao investir contra a autonomia universitária, o Governo procura confundir a opinião pública com dados forjados e afirmando que está se propondo a corrigir as irregularidades e a malversação de recursos públicos. Mas quando o reitor da Universidade de Londrina lança o desafio de que se faça uma CPI para apurar as irregularidades alardeadas pelo Palácio Iguazu, o Governo silencia.

Este Governo acusa e não apura. Denuncia corrupção e não age. Basta lembrar as espúrias demissões ocorridas na Acarpa. Funcionários foram levianamente acusados de corruptos e vagabundos pelo Secretário Osmar Dias e pelo próprio Governador. Só que nenhuma sindicância foi realizada para apurar os fatos e averiguar as acusações. Esta é a seriedade do Governo Álvaro Dias. Ele tem pavor de CPI's. Não é à toa que tem se juntado ao coro de corruptos em potencial que investem contra a "CPI da Corrupção", cujo maior adversário não é ninguém mais do que Antonio Carlos Magalhães. Álvaro Dias está bem acompanhado.

No último domingo, o Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná fez publicar no jornal "Folha de Londrina", um interessante e desabonador dossiê sobre o Senhor Ascêncio Garcia Lopes, Secretário de Ciência e Tecnologia e porta-voz do Governo neste ataque contra a autonomia das universidades. Os fatos relatados em tal matéria, desabonam completamente o Secretário. Tais denúncias precisam ser explicadas, pois se ele prega moralidade, como se

explicam os tristes fatos que fazem parte do seu currículo de ex-reitor da Universidade de Londrina.

Concordamos com o Governador numa única posição: as universidades precisam ser questionadas e fiscalizadas. Agora, fazer isso via Governo é no mínimo condenável. Quem deve discutir a universidade é a própria comunidade. O Governo não pode autoritariamente como quer Álvaro Dias, monopolizar o debate em torno da questão.

É a comunidade que sustenta as instituições de ensino superior através do pagamento de impostos. Pois, cabe a cada comunidade fiscalizar suas instituições de ensino. A ingerência política do Governo é contraproducente e antipedagógica. Sem autonomia, a universidade corre o risco de se tornar mais um instrumento de barganha na mão dos políticos e governantes.

É contra este atrelamento que a comunidade universitária paranaense está mobilizada e comparece a esta casa. Não se trata de defender interesses corporativistas. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores empenha a inteira solidariedade. Queremos uma universidade voltada para os interesses dos trabalhadores e fiscalizada pela comunidade. Autonomia universitária não se negocia, pois por trás desta medida, certamente virão outras no sentido de acabar com as instituições públicas. O Brasil vive um processo de privatização do ensino superior e esta parece ser a intenção do Governo. Hoje acaba-se com a autonomia, amanhã privatiza-se estas instituições. Não vamos aceitar isso. Estamos empenhados na defesa do ensino público e gratuito com a participação da comunidade".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PDS.

DECLINA.

Havendo declinado, com a palavra a representação do PDT.

O SR. RAFAEL GRECA - Em nome da Bancada do PDT, é preciso que eu afirme ainda uma vez o verso do Frade queimado pelo poder do seu tempo Giordano Bruno. Que inocência a nossa pedir aos donos do poder que mudem o rosto triste do poder, eis aí os inocentes.

Onde está o poder? O poder está discursando ontem o que hoje contradiz, o poder está mandando demitir da TELEPAR o sindicalista, o Senhor Orival Camer, porque pregou no refeitório daquela instituição a carta da CUT que aponta os Senhores Deputados que votaram, porque votaram, porque o Palácio assim inspirou que votassem pela extinção da URP dos funcionários.

Aonde está o mal do cartaz? O que será feito com os estudantes quando colocarem

na parede dos refeitórios, nas salas de aula e no quadro negro das escolas que vai cada dia mais negro, esse outro cartaz que tem espaço para os traidores? Serão demitidos, serão torturados, serão silenciados, virá aqui o Deputado Domingos Scarpellini dizer que eu fui do PDS por 6 meses, dirigindo a Casa da Memória no Governo do Doutor Jaime Lerner, e que por isso não tenho possibilidade, nem autoridade de falar.

Virá o Deputado Domingos Scarpellini ou virão outras vozes, de certo dizer que servi a ditadura porque colecionei a memória da cidade e valorizei as pedras das ruas da cidade e as casas de madeira dos polacos da cidade, porque tentei revitalizar a Rua de Liberdade e que porque fui eleito Vereador pela legenda do então, meu Prefeito, transformador por certo, porque transformador não fora não estaria na República Popular da China, hoje fazendo um bairro para 5 milhões de habitantes?

Não sei. No entanto, sei que somos os dos sonhos postergados, somos os das feridas abertas, somos os corações castigados. De repente, o Deputado que falava, ser a escola o balcão de negócios, o Deputado que falava ser ideal a sociedade, onde ganhasse o professor como o magistrado, investe contra a soberania e a autonomia das universidades. Investe sim, investe porque tem o poder, todo o poder, sem limite nenhum; o poder de seus 90 pontos de Ibope, o poder de ser o Governador tão bem votado no tempo do Plano Cruzado, o poder, o poder de multiplicar a sua imagem nas televisões todas, das casas todas, dos brasileiros todos, do norte, do nordeste e do sul do mundo. O poder, o poder que faz os homens perderem o discurso antigo, o poder que faz os homens perderem a auto-crítica e a razão antiga.

Eia pois, valha-nos Deus! Caia fora deste Poder, desta Assembléia a possibilidade de por serviço, por dobradiça na espinha, por compromissos palacianos trair o futuro, a identidade, os jovens, os inocentes do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados hoje vai preso o sindicalista porque cola a verdade no refeitório da TELEPAR, vai demitido, vai preso nas amarras do Poder; preso não foi, foi só demitido.

Ontem não foi diferente, no entanto, quando mudará? Então o discurso pela universidade, o discurso pelo bem do Paraná, o discurso pela esperança do Brasil, há de ser o discurso da mudança. Mudei eu, sim quando subi no palanque das diretas e vendo a boca maldita inundada de amarelo e de esperança pensei que teríamos eleições para presidência. Mudei, eu, quando acreditei nesta gente do FMDB que pagava aquele comício. O Senhor Maurício Fruet entre

eles, e que depois ficou mais antiga do que o Presidente Figueiredo, porque queria ele eleições em 1988, e sabe Matusalém, quando o PMDB quer eleições diretas para presidente?

Mudamos, mudamos nós os que estamos no PDT; mudou o rosto do Brasil porque a história sempre, porque não podem mudar vós. Mudai pois Senhores Deputados da Bancada do Governo, pensei, exercei o vosso mandato, defendei o Paraná e os elevados interesses da identidade cultural das cidades voltadas para o Paraná. Eu vos convido.

Ontem no Teatro Guaíra brilhou com seu bumbo e com seu canto crioulo a cantora Mercedes Sosa. Eu vos convido, eu vos convido a cantar com ela a ternura pelos estudantes, a partilha do pão da esperança, a construção da manhã e do futuro; mas sobretudo eu vos convido a cantar com ela em tom de prece e pedindo a Deus, porque somos a geração dos sonhos postergados, das feridas abertas e dos corações castigados. Eu vos convido a cantar assim: "Só pido a Deus que se um traidor puder mas que os tantos, esses tantos não olvidem facilmente". Em português, em bom português, o português que agora talvez se neguem aos jovens do interior do Paraná: "Só peço a Deus que se um traidor puder mais que muitos, estes muitos não o esqueçam facilmente". (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PMDB.

Deputado Nestor Baptista com a palavra.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, parafraseando aquele que me antecedeu, moças, moços, colunáveis.

Eu quando vinha para a Assembléia, hoje, Senhor Presidente tive a oportunidade de dar uma olhadinha numa das minhas gavetas e encontrar um artigo que homenageia muitos dos Senhores Deputados aqui presentes. Alguns que usaram da palavra, outros que saudaram os estudantes e professores que aqui estão. E eu me permitiria apenas, apenas ler um pequeno trecho desta obra de Guilherme Figueiredo que, estudando diálogos de Platão na sua peça teatral "Os Fantasmagóricos", extraiu este pequeno trecho:

"Agora é a vez de Licon, o demagogo: Eu te conheço, dos teus discursos vãos, Que tanto saudavam Périoles, o patriota, Quando Critias, o venal. Eu te conheço celebrando generais, Festajando poderosos e filhos de poderosos, Vendendo trigo caro ao Estado, E comprando-o barato ao Estado, Para tornar a vendê-lo ao Estado.

Eu te conheço  
Com as bochechas cheias da palavra, povo,  
As mãos postas para o voto do povo.  
Eu te conheço  
Louvando delatores da política.  
Eu te conheço  
Prometendo dividir as oliveiras  
Com os pobres,  
E caindo sobre elas  
Como uma praga egípcia.  
Eu te conheço  
Exaltando a democracia  
E esganando-a na garganta de cada cidadão.  
Eu te conheço nas arcadas dos bancos,  
Nas ante-salas dos palácios,  
Nas sortidas noturnas para a rua de Vênus,  
Na prosterneção matinal diante do altar de Minerva.  
Eu te conheço de tua boca que promete pão,  
De tua boca que escarra em nosso rosto.  
Eu te conheço  
Da tua voz trêmula como a dum mendigo,  
Da tua apóstrofe profética,  
De teu olho rapace,  
Da tua mão sem ossos que estendes  
Para apertar mãos calejadas".

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Muitos aqui evidentemente, foram homenageados por Sócrates, por Platão, e pela demagogia apresentada na obra de Guilherme Figueiredo.

Na semana que vem estaremos discutindo, aqui no Plenário, o problema que se denomina hoje de autonomia das universidades. Até parece que na Bancada do PMDB, ninguém foi para a escola, ninguém foi estudante, ninguém deixou de votar para Presidente da República, e, que apenas com alguns Deputados aqui da Casa, capachos de ontem, daqueles que esmagavam a cabeça do estudante, é que está a razão.

Apenas alguns Deputados têm a sabedoria, têm a sapiência de conhecer aquilo que aspira o povo, aquilo que quer o povo.

Eu poderia me dirigir especialmente a dois ou três Deputados aqui presentes, mas, prefiro até deixar para a próxima semana, para lembrar o passado não tão distante, destes Deputados, proibindo a entrada de estudantes, aqui na Assembléia Legislativa proibindo a entrada de estudantes e de homens do povo, na Prefeitura Municipal de Curitiba, ou apoiando o movimento policial para bater em professores para bater em estudantes.

Vamos discutir um assunto que é sério, mas, não começou agora, aqui na Assembléia Legislativa. Nós temos observado nos corredores nos gabinetes da Assembléia, há mais de um mês, professores, e até alunos, circulando, procurando Deputados conversando, discutindo, cobrando, às vezes com delicadeza, às vezes com indelicadeza, e, lembro bem, o Deputado Domingos Scarpelli-



ni que foi Deputado eleito em 1974, que isso não existia. Não existia num passado que longe, num passado onde eu também era estudante, onde eu freqüentava bancos escolares, com o próprio Líder, hoje, do PDS aqui na Casa, na mesma Faculdade, Luiz Alberto Oliveira, e que sabe perfeitamente, que no nosso período universitário, estudante não falava. A boca estava sempre calada. Era proibido se falar em política dentro da escola, fora da escola, de participar de qualquer Diretório, de qualquer discussão com professor.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. NESTOR BAPTISTA - Em seguida, nobre Deputado. Fui várias vezes colocado para fora da minha sala de aula, na Faculdade de Direito, porque alguns companheiros que lá estavam, alguns que freqüentam hoje a política nacional e até o cenário político do Paraná, acabavam desaparecendo na hora da aula e no outro dia não apareciam para assistir a aula, ou a aula de Direito Civil ou Direito Penal, de Processo, porque havia uma rigorosa proibição. Hoje, não, até para a demagogia as portas estão abertas. Mais uma vez a Assembléia Legislativa, e isto só tem acontecido no Governo do PMDB, as galerias estão tomadas por professores, por alunos, por funcionários públicos, pelos cidadãos das Associações de Bairros, porque nós queremos discutir.

Dizer que este assunto não foi discutido, não é verdade. A Comissão de Educação reuniu-se, a Bancada do PMDB reuniu com o Secretário de Ensino Superior, a Deputada Ironi Pugliesi, Deputado Nereu Carlos Massignan, Deputado Domingos Scarpellini, Deputado Artagão Mattos Leão, já haviam se reunido aqui mesmo com professores, com alguns alunos para discutir o assunto.

A autonomia não está sendo discutida e discutiremos na próxima semana, quando a matéria aqui estiver, porque nas Comissões nós estamos discutindo e discutindo detalhadamente, com divergências internas da Bancada do PMDB, porque não?

Mas nunca falando em retirar a autonomia de universidade alguma. Porque a maior autonomia foi dada no Estado do Paraná, o ensino gratuito em todo o ensino superior do Paraná e ninguém da Oposição foi à tribuna para dizer que esta medida havia sido tomada pelo Governador do Estado. Autonomia que se fala hoje, Senhor Presidente, para terminar em menos de trinta segundos, é apenas evitar que o dinheiro para ser empregado em favor do estudante, em favor da educação, seja gasto sem a devida pres-

tação de contas porque é o povo que paga e o povo quer saber onde é que este dinheiro é empregado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos membros que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando licença para realização de viagem à República Federal Alemã, pelo prazo de trinta dias, a partir do dia 05 de maio do corrente ano, em missão junto à Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional e o Senado de Berlim. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoios. Apoiado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 03/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL PASSOS KRUGER, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 16/88, (Mensagem n. 15/88 ex-Proposição n.

24/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e os respectivos Municípios de Palmas e de Umuarama, em 15.12.87, objetivando fomentar a agropecuária dos referidos Municípios. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 17/88, (Mensagem n. 16/88 ex-Proposição n. 25/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura referente a 9º Termo Aditivo (16.10.87) fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal; 8º Termo Aditivo (10.11.87) defesa e vigilância fitossanitária. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 18/88, (Mensagem n. 17/88 ex-Proposição n. 26/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, com os Municípios e nas datas que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a sediar unidades policiais. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 19/88, (Mensagem n. 18/88 ex-Proposição n. 27/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos celebrados em 22.12.87, DOE, 23/12/87 e 12/12/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança e do DECOM com os Municípios de APUCARANA, CANTAGALO e COLOMBO, objetivando a conclusão da construção de prédios destinados a sediar unidades policiais. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 20/88, (Mensagem n. 19/88 ex-Proposição n. 28/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova 1º Termo Aditivo de 03.12.87 ao Convênio de Cooperação Técnica n. 07/87, celebrado em 18.08.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de MATINHOS, objetivando assegurar a elaboração do projeto e execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação e drenagem da Rodovia que especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 21/88, (Mensagem n. 20/88 ex-Proposição n. 29/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 28.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Município de CAMPO LARGO, objetivando a limpeza e manutenção do Parque Histórico de Mate. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 23/88, (Mensagem n. 23/88 ex-Proposição n. 32/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e as Entidades de Ensino Superior adiante mencionados, nas datas e com os objetivos que especificam, conforme especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 24/88, (Mensagem n. 24/88 ex-Proposição n. 33/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, conforme especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 025/88, (Mensagem n. 25/88 ex-Proposição n. 34/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 26/88, (Mensagem n. 26/88 ex-Proposição n. 35/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 15.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Município de GUARACI, objetivando a realização da V EXPOGUAR - Exposição de Produtos Agropecuários. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 125/87, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE NIPO-BRASILEIRA DE CAMPO MOURÃO, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA 75, de 30.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 125/87

Autor: Dep. Paulino José Delazeri  
I - As fls. 28 opinamos pela conversão em diligência para que o Autor comprovasse



que os diretores não são remunerados e que estão no efetivo exercício e servem à comunidade.

II - Cumprida a exigência às fls. 29, o projeto atende às exigências da Lei 6964 de 10 de janeiro de 1978, razão porque, não havendo oposição Constitucional ou legal, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 148/87, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SÃO PAULO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Aprovado. (Public. no DA. n. 80, de 10.08.87)).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 148/87

De autoria do Deputado Paulo Furiatti, o projeto visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila São Paulo, com sede em Curitiba - PR.

Juntou documentos que comprovam:

- a) a existência de personalidade jurídica há mais de 1 (um ano).
- b) a composição da atual diretoria.
- c) o caráter filantrópico e assistencial da entidade.
- d) e não remuneração dos membros da diretoria.

Deixou de apresentar, apenas, o relatório das atividades de 1986, conforme o parecer deferido em 25 de agosto de 1987.

Porém, esta exigência foi atendida. Não restando mais, nenhum óbice à sua aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 365/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL 31 DE MARÇO - A.P.M., com sede e foro em PONTA GROSSA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Aprovado. (Public. no DA. n. 142, de 27.11.87)).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 365/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola estadual 31 de Março - APM, com sede e foro em Ponta Grossa.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 01/88, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANACITY - APAE, com sede e foro no Município de PARANACITY. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Aprovado. (Public. no DA. n. 03, de 02.03.88)).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 001/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Basílio Zanusso, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranacity - APAE, com sede e foro no Município de Paranacity.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 56/88, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que declara de Utilidade Pública o Movimento Leigo "APÓSTOLOS DO TERÇO" com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Aprovado. (Publ. no DA. n. 15, de 23.03.88)).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 056/88

PARECER

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o Projeto de Lei em exame pretende ver declarado de Utilidade Pública o movimento leigo Apóstolos do Terço, com foro e sede na Capital do Estado.

Do exame da documentação acostada ao processo, verifica-se adequar-se a entidade às exigências determinadas por lei.

Assim sendo, exaramos nosso parecer de maneira favorável ao pretendido.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente  
ERONDY SILVÉRIO- Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 39/88, (Mensagem nº 45/88- ex-Proposição nº 53/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios com Termos Aditivos datados de 09.02.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e os Municípios que especifica, objetivando a elaboração de projetos finais de engenharia para implantação da infra-estrutura e equipamentos comunitários nesses Municípios, e para os mesmos fins, cópia autêntica do convênio nº 06/87, celebrado em 03.09.87, entre o Estado (SEDU) e o Município de Paranaíba, com idênticos objetivos. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Na Ordem do Dia, nós não temos, aqui, a folha cinco do anexo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai ler o Projeto.

A Mesa pede escusas a Vossa Excelência, está aprovada a Resolução.

Sobre a mesa, requerimento nº 663, de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 690, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 693, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 694, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 680, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Eu solicito a Vossa Excelência que indique os projetos que estão sendo solici-

tados dispensa de Redação Final.

Eu solicito a Vossa Excelência que faça leitura para informação deste Plenário e consulto Vossa Excelência se está em votação o requerimento de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, propondo a esta Assembléia Legislativa que se transforme num palco de debates, entre autoridades Governamentais, Parlamentares, professores e estudantes, para que se possa discutir o malfadado ante-projeto de lei, encaminhado a esta Casa pelo ex-aluno da Universidade de Londrina e ex-colega do Deputado Nestor Baptista.

Deputado Nestor Baptista, na época estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e o ex-aluno Álvaro Dias, estudante da Universidade de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa que os projetos dispensados de Redação Final de 01 a 11 da Ordem do Dia, votada hoje.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(Pela Ordem)- Confesso que eu não consegui entender Vossa Excelência na medida que Vossa Excelência solicitou. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa Vossa Excelência que os projetos foram aprovados em 3ª Discussão na Ordem do Dia de hoje.

Vossa Excelência deve ter acompanhado, mas vai novamente dizer quais os projetos. É de 01 a 11, folhas 01, 02 e 03 do anexo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço o esclarecimento de Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu é que fico obrigado a Vossa Excelência Deputado Artagão Mattos Leão, encaminha relação dos membros para compor as Comissões Permanentes desta Casa ao Departamento Legislativo.

Deputado Orlando Pessuti, Requer voto de pesar. Aprovado.

Deputado Pirajá Ferreira, Requer voto de pesar. Aprovado.

Deputado Domingos Scarpellini, Requer Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 093/88, que declara de Utilidade Pública. Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem)- Eu solicito verificação de votação na aprovação do Regime de Urgência do requerimento dado como aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Eu requeiro chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)  
Eu solicito a Vossa Excelência que farei isto por escrito, tão logo a assessoria da Mesa possa fornecer, preferência para votação do Requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nobres Deputados, eu quero fazer um apelo ao nobre Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nestor Baptista, e ao nobre Deputado Artagão Mattos Leão, Líder da Bancada do PMDB, para que permitam a aprovação dos dois requerimentos que apresentei na tarde de hoje envolvendo problemas das universidades paranaenses.

O apelo que faço é porque a Assembleia Legislativa já tem um compromisso com a comunidade universitária. Eis que no dia 19 deste mês numa reunião da Comissão de Educação ficou deliberado de que seria apresentado um requerimento em Plenário retirando o Regime de Urgência do Projeto referente...

O Sr. Nestor Baptista - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - ... e mais ainda que esta Assembleia realizaria um encontro com a presença de todos os segmentos.

Eu estou tentando que o Plenário cumpra aquilo que a Comissão de Educação já deliberou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Senhor Presidente, pela ordem.

O Sr. Nestor Baptista - Não é este o requerimento que está sendo votado, Senhor Presidente. Está sendo votado o outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados. Tem a palavra pela ordem.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela ordem) - Apenas, Senhor Presidente, nós estamos justificando ao Deputado Edmar Luiz Costa, ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, estamos pedindo verificação de um outro requerimento que não tem nada a ver com o requerimento da universidade e a retirada de ... (conversas paralelas).

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Eu compreendo muito bem, Senhor Presidente, a estratégia dos eminentes Deputados governistas. Entretanto solicito a Vossa Excelência que coloque em votação requerimento verbal que faço e tão logo farei chegar à Mesa de Vossa Excelência, o pedido de preferência de votação do requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa, que visa exatamente dar a possibilidade à ilustre Bancada governista nesta Casa que cumpra o que fora acordado com as lideranças dos professores das Universidades e com os estudantes paranaenses.

É apenas a oportunidade para que sua Excelência o Deputado Nestor Baptista, e igualmente os ilustres companheiros de Bancada possam transformar em ação, perante os olhos dos estudantes o sentimento do coração da juventude paranaense aquilo que, há pouco, o Deputado Nestor Baptista expôs da tribuna como Líder do Governo do Senhor Álvaro Dias, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a chamada nominal a Mesa colocará em votação requerimento de Vossa Excelência.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - Procede à leitura da primeira chamada nominal dos Senhores Deputados.

(Termina de proceder à 1ª Chamada Nominal).

(Procede a 2ª Chamada Nominal) -

(Termina de proceder a 2ª chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e sete Senhores Deputados responderam a chamada. Não há quorum para deliberação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é para registrar o nosso protesto às Bancadas da Oposição pela retirada estratégica dos Senhores Deputados do Governo que, desautorizando as palavras do Senhor Líder, Deputado Nestor Baptista, citando o luminoso texto de Platão, fizeram exatamente o contrário do que pregava Sócrates na ocasião. Como a ocasião é de educação fica a lição.

Que inocência nossa, pedir aos donos do Poder que mudem a face triste do Poder. Era isso.

(Tumulto no Plenário e nas galerias).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está suspensa a sessão.  
(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão. A Mesa adverte as galerias que, se houver pronunciamento a favor ou contra, vai se suspender a ses-

são.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)  
 Senhor Presidente, Senhores Deputados. A vida pública oferece momentos para a busca fácil do aplauso e para a tentativa de conquistar simpatias pessoais. Não venho, Senhor Presidente, porque nunca foi do meu feitio pessoal a procura aqui dos aplausos ou da manifestação de simpatia. Entendo que na vida pública há momentos e há assuntos que devem ser colocados acima das questões pessoais ou das preferências pessoais, política ou partidárias. E a educação é um destes assuntos que não nos deve fazer com que nos sintamos obrigados com os eventuais donos do poder ou com a procura de aplauso, por qualquer razão-de caráter pessoal ou de caráter particular.

Venho Senhor Presidente e Senhores Deputados do PMDB, com respeito mas com a altivez que sempre procurei manter na minha vida pública. Altivez que não me fez mudar de partido à procura dos beneplácitos do poder. E nós, brasileiros, temos a consciência de que muitos que hoje estão no PMDB, eram os donos da ditadura militar instaurada neste País e muitos dos que, como eu, que não se vergou, que não se vendeu, que não se trocou por cargos públicos, muitas vezes éramos os operários do Partido. E com esta autoridade de quem não se vende, não se troca e não procura o aplauso fácil é que venho pedir aos Deputados Governistas, que compõem nesta Assembleia, a maioria esmagadora, como que praticando um verdadeiro rolo-compressor em razão dos 37 Deputados que possui o Partido do Governo.

Venho solicitar à Assembleia Legislativa do Paraná, não por razão de caráter pessoal, não à busca, digo, novamente, da popularidade fácil mas à busca do compromisso que nos trouxe à Assembleia Legislativa. Vamos fazer aqui o grande debate, vamos trazer o Professor Ascêncio Garcia Lopes- Secretário de Estado da Ciência e da Tecnologia de uma das cinco secretarias criadas pelo Governador Álvaro Dias e que até hoje não apresentou projetos e propostas para o desenvolvimento científico e

tecnológico do nosso Estado.

Mas vamos trazer o Professor Ascêncio, ex-Reitor da Universidade Estadual de Londrina, para que ele, aqui, debata e mostre à população se realmente existem equívocos a serem corrigidos em quaisquer das universidades, mas, que se garanta, também, em nome da liberdade, em nome do passado do PMDB, que se garanta aqui a possibilidade do contraditório, para que se traga a esta Casa, que é o convívio dos contrários, exatamente à opinião do jovem, do professor, do funcionário da administração das universidades estaduais do Paraná. Este é o apelo que faço, independentemente da busca do aplauso ou da busca de tentar indispor a Bancada governamentista com os estudantes e com os professores do Paraná.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Eu indago ao ilustre Presidente desta sessão se nós estamos na parte de Explicações Pessoais?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente nós estamos na parte de Explicações Pessoais.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Então eu faço mais uma indagação: os requerimentos que não foram discutidos na sessão de hoje serão discutidos na sessão de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito, serão todos discutidos amanhã.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Muito Obrigado!

(Tumulto no Plenário e nas Galerias)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como base no Artigo 120, do Regimento Interno, declaro encerrada a sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia destinada a Trabalhos nas Comissões.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a Ordem do Dia também destinada a Trabalhos nas Comissões.

Levanta-se a sessão.